



## COMUNICADO DE IMPRENSA

### *A Eliminação de um Canal Aberto seria a pior das soluções*

A Associação dos Produtores Independentes de Televisão (APIT) tem vindo a acompanhar com a maior atenção o debate acerca do futuro do sector do audiovisual e, a partir de certa altura, as medidas parcelares anunciadas para uma reestruturação, ou «reconstrução», da RTP enquanto empresa concessionária do Serviço Público de Media.

Logo de início, a APIT manifestou as mais sérias apreensões quanto ao propósito de reduzir o Serviço Público de Media a um só canal generalista. De facto, o modelo assente em dois, ou mais, canais complementares, adoptado na grande maioria dos países europeus, tem permitido manter uma programação assente na diversidade de géneros e capaz de incentivar a criatividade e satisfazer uma pluralidade de gostos e interesses, características incompatíveis com condicionalismos de natureza predominantemente comercial.

Esse modelo, embora aplicado de forma não consensual, como, aliás, acontece em todos os países europeus, permitiu igualmente que a RTP exercesse, em considerável medida, uma função reguladora junto da incipiente indústria portuguesa de produção audiovisual independente.

Com a eventual alienação de um dos canais abertos incluídos no actual contrato de concessão do Serviço Público e a sua entrega a um terceiro operador privado, quer a história da última década, quer as previsões relativas ao investimento publicitário para os próximos anos só poderão adensar as preocupações dos produtores independentes de televisão, bem como de todos os actuais grupos e empresas de comunicação social, designadamente nos sectores da imprensa e da rádio.

Entretanto, a criação de um grupo de trabalho com a anunciada missão de definir um modelo de Serviço Público de Media, adequado à evolução tecnológica, à situação concreta do sector e a uma gestão racional dos meios sob tutela pública, e a suposição de que as conclusões daí saídas seriam determinantes para as medidas a tomar, levaram a APIT a reservar uma posição. **Como tivemos oportunidade de afirmar, a revolução digital veio reforçar o papel central dos conteúdos e flexibilizar as formas de os tornar acessíveis à generalidade dos públicos. Aguardámos, pois, com expectativa e abertura, a definição de um modelo inovador de Serviço Público, susceptível de contribuir para enriquecer o débil panorama da produção audiovisual portuguesa.**

Entretanto, o anúncio de algumas medidas apresentadas pelo CA da RTP como correspondendo a «desígnios do poder político», as quais foram, numa primeira fase, apoiadas pelo Governo, mas, entretanto, objeto de diferentes versões e interpretações, obrigam-nos a tomar posição quanto a algumas questões:

1. **A existência de empresas independentes de produção**, que contribuam para um acervo de obras relevantes em quantidade e qualidade, de forma a satisfazer os gostos e interesses dos portugueses, mantendo e criando postos

de trabalho qualificado, incentivando a inovação e a criatividade e projectando para o exterior a nossa língua, a nossa cultura e as realidades de um país que atingiu áreas de excelência apesar das dificuldades, só é possível com maior e mais diversificada procura. É preciso produzir mais para produzir melhor.

2. **A redução do Serviço Público de Media a um só canal aberto** na área da televisão - canal «esquizofrénico» pela sua impossível missão de informar, formar e entreter a contento da maioria e das minorias, como qualquer aprendiz de programador concluirá - constituirá uma machadada na qualidade e diversidade da produção audiovisual portuguesa.
3. **Se o canal retirado ao Serviço Público for atribuído a um terceiro operador**, só a eliminação dos «buracos» e omissões que reduzem a eficácia da legislação relativa a quotas e direitos devidos à produção independente, tarefa em qualquer caso necessária, poderá garantir a difícil sobrevivência das empresas existentes. Ainda assim, mesmo essas medidas poderão ser anuladas pelo impacto que o aumento da oferta de espaço publicitário e a contração do mercado terá em todo o sector dos media.
4. **Se o canal retirado ao Serviço Público de Media for pura e simplesmente desativado**, os efeitos sobre a produção audiovisual independente serão os mais desastrosos: por um lado, os portugueses não deixarão de se sentir gravemente defraudados pela brutal redução e empobrecimento da oferta televisiva; por outro lado, a machadada sofrida pelas empresas de produção, mais do que grave, será fatal para a maioria.

A APIT está consciente da situação que o país e a Europa atravessam e tem mantido contactos com as suas congéneres europeias e com a Confederação Europeia dos Produtores Independentes. Em nenhum país europeu, à excepção de Portugal, por mais crítica que seja a respetiva situação, o sector da produção audiovisual independente enfrenta as ameaças que pairam sobre o português. Pelo contrário, ele é visto por toda a Europa como um instrumento valioso, quer no plano interno, onde supre insuficiências do sistema educativo tradicional e reforça a afirmação cultural e a criatividade, quer no plano externo, como apoio da diplomacia cultural e económica.

Esperamos que, no interesse de Portugal e dos portugueses, o bom senso prevaleça e não se confunda a reestruturação daquela que pode ser a empresa concessionária do Serviço Público de Média e as economias daí decorrentes com a fragilização do sector público e privado. Não sendo admissível que uma tão gravosa decisão seja tomada para servir interesses inconfessáveis, resta aguardar que o recurso ao parecer de entidades competentes permita evitar o que seria um erro político de consequências trágicas.